

NÍVEIS DE GALARDÃO NO REINO DO CÉU?

A pergunta que vem à tona com frequência no decorrer da história da reflexão da igreja a respeito do juízo final é: Deus recompensa o justo de acordo com suas obras? E, fazendo dessa forma, Deus recompensa em maiores ou menores níveis aqueles a quem ele recebe na glória do reino do céu?

Na discussão anterior a respeito do juízo final, argumentamos que todas as pessoas serão julgadas de acordo com o que fizeram no corpo. Tal julgamento será exercido segundo o padrão da lei ou Palavra de Deus à medida que tiverem sido revelados. Sobre tais pontos, existe uma concordância geral e pouca diferença de opinião.

No entanto, dentro da estrutura dessas convicções comuns sobre o julgamento final, diversas perguntas têm sido levadas a debate. Deus recompensará o justo pelo que fez? Essa recompensa varia em nível dependendo da natureza e extensão das boas obras do justo? Além do mais, como a ideia de Deus recompensar o justo é compatível com o ensinamento de que nossa salvação tem por base somente a graça? A ideia da recompensa não requer a reintrodução de alguma noção de “mérito” na vida cristã? A disparidade em níveis da recompensa não depreciaria a perfeição da bem-aventurança que o povo de Deus supostamente desfrutaria no estado final?

1. DIVERSAS PASSAGENS-CHAVE

Na história da discussão de tais perguntas, inúmeras passagens-chave têm desempenhado uma importante função:¹

1Coríntios 3.14-15: Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão; se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo.

O contexto para essa passagem é o trabalho daqueles que são ministros ou mestres na igreja. Utilizando a metáfora da igreja como uma edificação, o apóstolo Paulo descreve aqueles ministros que edificam sobre o fundamento que é Jesus Cristo, alguns com “ouro, prata, pedras preciosas” e outros com “madeira, feno e palha”. O dia está chegando quando as respectivas obras se tornarão evidentes. Elas serão apresentadas pelo que são no dia do juízo quando serão testadas pelo fogo e sua natureza será revelada. O resultado dessa prova de qualidade das obras dos ministros de Cristo será duplo: alguns provarão terem sido edificados com materiais sólidos e duradouros; outros provarão terem sido edificados com materiais frágeis e passageiros. Aqueles cujas obras se mostrarem merecedoras receberão a recompensa apropriada. Aqueles cujas obras se mostrarem indignas serão salvos, “todavia, como que através do fogo”.

Essa passagem parece ensinar claramente o seguinte: aqueles cujo trabalho está no ministério da Palavra de Cristo serão recompensados de várias maneiras, dependendo da qualidade de suas obras.² Embora seja dito, de modo explícito, que cada classe de ministro recebe a salvação, uma é contrastada com a outra a partir do ponto de vista da recompensa

¹ As passagens que levarei em consideração não são, de forma alguma, a total abrangência daquelas às quais recorreremos para fundamentar a doutrina das diferentes recompensas concedidas ao justo. Estou restringindo minha consideração àquelas que parecem ser as mais claras e importantes. Outras passagens às quais recorreremos incluem: Daniel 12.3, Mateus 5.19; 11.11, João 14.2, 1Coríntios 3.8; 4.5; 15.41-42. Embora elas possam confirmar o ensinamento das passagens que eu considerarei, não constituem por si mesmas um testemunho forte à noção de diferentes níveis de recompensa.

² Consulte Craig L. Blomberg, “Degrees of Reward in the Kingdom of Heaven?” *Journal of the Evangelical Theological Society*, 35/2 (Junho, 1992), p. 159-72. Blomberg, que argumenta contra a ideia da diversidade das recompensas no reino do céu, defende que tal passagem “não diz nada a respeito de tais distinções entre as experiências dos cristãos perdurarem por todo o tempo” (p. 165). Isso é, na melhor das hipóteses, um argumento partindo do silêncio. Entretanto, implica também no fato de que a experiência e a recompensa concedidas aos cristãos no juízo final serão, de alguma forma, apagadas da memória e experiência dos cristãos no estado final. Não há razão aparente para que deva ser esse o caso.

pela obra bem feita. Um grupo é recompensado, o outro não, devido à diferença no tipo de obra realizada.

2Coríntios 9.6:

(...) isto afirmo: aquele que semeia pouco pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará.

Nessa passagem, o apóstolo Paulo está falando não apenas sobre os ministros do evangelho, mas também sobre todos os que dão com generosidade em apoio à obra do Senhor. Dentro do contexto de seu encorajamento aos coríntios de dar com liberdade e abundância aos necessitados, ele os incentiva lembrando-os sobre a relação entre semear e colher. Se você semeia pouco, colherá pouco. Se você semeia com generosidade, colherá com generosidade. Essa “lei da seara” se aplica também à vida cristã. Aqueles que trabalham com espírito de generosidade e beneficência colherão uma recompensa de igual grandeza.

Ora, talvez fosse possível argumentar que tal passagem faz referência somente à experiência dos cristãos nesta vida. Sendo essa a leitura, tal passagem não diria nada a respeito da diversidade da colheita na vida por vir. Entretanto, em uma passagem similar (Gl 6.8), bem como em outras que utilizam o tema bíblico comum da seara (por exemplo, Mt 25.24), a hora da colheita coincide com o período do juízo final e da colheita de toda a seara. Sendo assim, tal passagem fala, provavelmente, sobre algum tipo de colheita junto com o juízo final e seu resultado para o justo. Aqueles que semeiam muito receberão uma recompensa maior do que aqueles que semeiam pouco.

Mateus 25.14-30 e Lucas 19.11-26:

Dentre as parábolas do reino nos Evangelhos, duas delas, a parábola dos talentos e das dez minas, sugerem conceder Deus recompensas diferentes aos seus servos nesta vida e também na vida por vir. A extensão e natureza das responsabilidades e privilégios daqueles que são cidadãos do reino do céu variam no serviço do rei. De semelhante modo, recebem, em conformidade, no dia do cômputo, recompensas diferentes pelo serviço prestado.

Na parábola dos talentos, lemos que quando um homem estava pronto para sair de viagem, confiou aos servos suas posses, entregando a um, cinco talentos, a outro, dois talentos e ainda a outro, apenas um talento (Mt 25.15). Depois de muito tempo, o homem retorna de sua viagem para acertar as contas com seus servos. Ao fazer isso, ele dá uma recompensa maior ao servo que recebeu cinco talentos do que aos servos que receberam um e dois talentos. Em contrapartida, o homem a quem foi entregue um talento, por não tê-lo utilizado de maneira sábia o que lhe havia sido dado, foi privado de tudo o que havia recebido anteriormente e lançado “para fora, nas trevas” (v. 30).

Na segunda delas, a parábola das dez minas, a distribuição desigual das minas e da subsequente recompensa é ainda mais surpreendente. Embora cada um dos servos do homem nobre tenha recebido dez minas, no dia do cômputo um servo é recompensando com a autoridade sobre dez cidades, o outro sobre cinco cidades; no entanto, outro é privado até do pouco que lhe fora dado. Essa parábola enfatiza de modo claro a justiça do homem nobre em conceder uma diversidade de doações e recompensas a seus servos de acordo com o uso responsável deles daquilo que lhes fora confiado.

A linguagem utilizada nessas parábolas para o cômputo final e recompensa dos servos sugere serem eles uma descrição do juízo final na consumação do século. O retorno do homem de sua longa viagem e do homem nobre de seu país distante coincide com a consumação do século. O contexto para a parábola de Mateus 25 refere-se, de forma explícita, ao juízo final e à separação que ocorrerá entre o justo e o injusto. Tal fato também é confirmado pela linguagem da colheita utilizada para descrever o cômputo do mestre junto a seus servos em seu retorno. Logo, tais parábolas parecem ensinar que Cristo distribuirá uma diversidade de níveis de recompensa aos justos no juízo final.

Mateus 8.11; 19.28 e Apocalipse 21.14:

Além dessas passagens que falam diretamente a respeito da diversidade de recompensas no juízo final, outras passagens ensinam que, no juízo e estado final, determinados privilégios e responsabilidades serão concedidos a alguns dos justos, porém, a outros, não.

Por exemplo, em Mateus 8.11, lemos que os cristãos sentarão “com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus”. Quando o homem rico e Lázaro morrem, Jesus fala sobre Lázaro ser “levado para o seio de Abraão” (Lc 16.23; compare com Rm 4.11-12). No texto da Transfiguração, Moisés e Elias estavam presentes (Mt 17.3) como representantes dos profetas da antiga aliança. Cristo, em sua descrição sobre a “regeneração” na consumação do século, declara que os apóstolos sentarão “em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel” (Mt 19.28, Lc 22.30). De semelhante modo, quando no livro de Apocalipse nos é apresentada uma descrição dos fundamentos da Jerusalém celestial, os nomes dos doze apóstolos estão inscritos sobre eles (Ap 21.14).

Essas passagens sugerem que as distinções peculiares, bem como as prerrogativas que o Senhor concedeu aos seus servos nesta vida, não serão perdidas na vida por vir. O papel desempenhado pelos patriarcas, profetas e apóstolos no curso da história da redenção é lembrado perpetuamente. Essas distinções e esses privilégios não são eliminados e ignorados no estado final de modo que um “igualitarismo” plano prevaleça entre o povo de Deus. A riqueza, diversidade e nível de privilégio e responsabilidade nesta vida parecem encontrar seus correspondentes cumprimentos na vida por vir.

1Coríntios 9.25, 1Tessalonicenses 2.19, 2Timóteo 4.8:

Se a conclusão acima estiver correta, então, não deve nos surpreender o fato de encontrarmos inúmeras passagens bíblicas que falam a respeito da diversidade de “coroas” a serem concedidas aos servos de Cristo no dia do juízo.

Na realidade, em algumas dessas passagens, a coroa entregue aos cristãos, provavelmente, se refira à concessão da salvação ou vida eterna, algo que é a recompensa comum e alegria do povo de Deus (por exemplo, 1Co 9.25, 2Tm 4.8).³ Esse não é sempre o caso, entretanto. Em 1Tessalonicenses 2.19, o apóstolo Paulo fala a respeito dos tessalonicenses como sua “esperança, ou alegria, ou coroa” em que ele glorificará e exultará na presença do Senhor Jesus durante sua vinda. Com certeza, isso não pode ser motivo de orgulho ou vanglória entre o povo de Deus. No entanto, quer dizer que os tessalonicenses serão motivo de alegria e agradecimento para o apóstolo quando a obra que realizou no meio deles for reconhecida no dia da vinda de Cristo. Em Tiago 1.12, lemos sobre a “coroa da vida”, a qual será entregue ao homem que “persevera na provação” no serviço do Senhor. O apóstolo Pedro também encoraja os anciãos das igrejas ao lembrá-los de que “logo que o Supremo Pastor se manifestar, recebereis a imarcescível coroa da glória” (1Pe 5.4). Essa coroa da glória é uma recompensa especial para o fiel ministério daqueles que servem como ovelhas do rebanho de Deus.

Dessa maneira, a diversidade dos dons e chamados entre o povo de Deus não passará despercebida no juízo final por Cristo. Cada um receberá a recompensa segundo o serviço prestado. A obra dos servos do Senhor não será negligenciada. Pelo contrário, Cristo reconhecerá e recompensará explicitamente os servos fiéis quando, juntos, entrarem no gozo do Senhor.

Se as passagens que levamos em consideração não ensinam apenas que Cristo recompensará os justos no juízo final por suas obras, mas também que tal recompensa variará de acordo com a natureza e qualidade das obras, então, diversas questões se tornam mais prementes. A primeira delas tem a ver com a controversa questão da graça e mérito.

2. UMA RECOMPENSA DA GRAÇA, NÃO MÉRITO

³ Trata-se da compreensão de Blomberg a respeito dessas passagens. Consulte Blomberg “Degrees of Reward in the Kingdom of Heaven?”, p. 163-5.

Se Cristo recompensa as obras dos justos, tal atitude não reintroduz a ideia do mérito na vida cristã? Como podemos dizer que os cristãos são salvos somente pela graça, colocando à parte as boas obras meritórias feitas em obediência à lei, se dizemos que as boas obras dos cristãos são recompensadas, e tais recompensas variam de acordo com a qualidade das obras realizadas?

Falando de modo geral, pelo menos três abordagens a essa questão poderiam ser feitas – e têm sido feitas com frequência – tomadas da história da igreja cristã.

Uma delas insiste no fato de que, como as Escrituras ensinam sobre a concessão de diversas recompensas ao povo de Deus (dependendo da qualidade e extensão de suas boas obras), alguma noção de mérito é apropriada. Na tradição Católica Romana, por exemplo, uma distinção é traçada entre dois tipos de méritos na vida cristã, sendo cada um deles legítimo. O primeiro ou “mérito congruente” (*meritum de congruo*) se trata de “meio mérito”. No caso do mérito congruente, Deus concede como recompensa aos justos mais do que suas obras, consideradas com rigor, merecem. Embora o cristão, cooperando com a graça de Deus e executando o que se encontra em seu interior, realize as obras em obediência, elas são imperfeitas e não plenamente merecedoras da recompensa a elas concedida pelo Pai. O segundo ou “mérito devido” (*meritum de condigno*) é o “mérito verdadeiro”. No caso do mérito devido, as obras dos cristãos realmente satisfazem as exigências da lei de Deus e, em virtude da obra da graça do Pai quando introduzida nos cristãos, são genuinamente dignas da recompensa a elas concedida por Deus. De acordo com esse entendimento, o ensinamento bíblico de que o Senhor recompensa as obras dos justos requer a conclusão de que o mérito desempenha um papel legítimo na vida cristã. O povo de Deus, nesse sentido, recebe dele o que merecem ou o que lhes é devido.⁴

A segunda abordagem se opõe à ideia de uma diversidade de recompensas porque é incompatível com a doutrina da graça. Tal abordagem assume a legitimidade do argumento que acabamos de apresentar de que, se Deus recompensa de várias formas os justos por suas boas obras, então, o mérito tem de desempenhar um papel na vida cristã. Sendo assim, tal abordagem rejeita a ideia de uma diversidade de recompensas porque requer o mérito como sua consequência natural, e a salvação é totalmente pela graça.

Os defensores dessa segunda abordagem quase sempre recorrem à parábola dos trabalhadores na vinha presente em Mateus 20.1-16. Tal parábola, argumenta-se, mostra de maneira clara que não há lugar na vida cristã para a ideia da diversidade de recompensas correspondente à diversidade de obras realizadas pelos justos. Nela, todos os trabalhadores na vinha são recompensados da mesma forma por seu trabalho, tenham começado o trabalho logo no início do dia ou mais tarde. Essa parábola ensina, então, que a lei do reino é a lei da graça, não do mérito. Deus, segundo tal parábola, subverte a lei ordinária da justiça ao conceder graciosamente o mesmo salário a todos os trabalhadores. A ênfase sobre a graça de Deus milita contra qualquer sugestão de que, no reino do céu, o povo de Deus receberá recompensas variáveis de acordo com a natureza do seu serviço.

A terceira abordagem, e a preferível aqui, defende ser a ideia das recompensas consistente com o ensinamento bíblico relacionado à salvação somente pela graça, estipulando serem as recompensas pela graça, e não por mérito. Segundo essa abordagem, reconhece-se prontamente que o cristão recebe todas as coisas provenientes da graça de Deus em Cristo. Nada recebido pelo cristão da parte de Deus é merecido, nem no sentido estrito ou menos estrito do mérito devido ou congruente. Quando o Senhor recompensa os justos por

⁴ Para uma exposição sobre o entendimento da Igreja Católica Romana quanto ao mérito, consulte a entrada “mérito” em *Sacramentum Mundi: An Encyclopedia of Theology*, org. Karla Rahner et al. (Basle-Montreal: Hermann-Herder Foundation, 1969), IV, p. 11.14. Se eu pudesse ilustrar tal distinção entre os dois tipos de méritos com uma analogia comercial bem esdrúxula, seria como a diferença entre pagar ao empregado um salário por hora estrita ou justamente merecido (com base nas obrigações contratuais e na qualidade do trabalho executado) e pagar mais do que o estrito ou justamente merecido (indo além das obrigações contratuais e excedendo o que a qualidade do trabalho executado merece). A diferença está entre o salário justo e a concessão de um bônus extra. O primeiro deles coincide com o mérito devido; o segundo, com o mérito congruente.

suas boas obras, apenas acrescenta graça à graça, recompensando os cristãos pelos feitos trabalhados por ele mesmo neles pelo Espírito (Jo 15.1-17). Em sentido algum o cristão é merecedor daquilo que recebe da parte de Deus. O cristão que obedece ao Pai perfeitamente – o que, claro, não é o caso – não passaria de um “servo inútil”, o qual fez somente a sua obrigação (Lc 17.7-10). Tal pessoa não seria merecedora de nenhum elogio especial ou recomendação da parte de Deus. Todas as dádivas da graça do Senhor são apenas isso – “dádivas”, favores imerecidos concedidos por causa de Cristo.

A maravilha da graça de Deus na vida do cristão inclui a graciosa recompensa da parte do Pai por aquelas (ainda imperfeitas e imerecidas) boas obras feitas pelo cristão pelo poder operante do Espírito. Como o pai que ama seus filhos e aceita não apenas eles, mas também suas obras, também o Pai celestial do cristão se agrada com os feitos de seus filhos. Tais feitos são aceitáveis e agradáveis a ele não porque são estritamente merecedores de seu louvor, mas por causa de seu prazer em seus filhos e naquilo que fazem, embora seja muito menos do que sua lei demanda.

Para mostrar como Deus nos recebe de maneira graciosa e até aceita recompensar nossas inadequadas boas obras por sua graça, tenho utilizado, vez ou outra, a ilustração dos alunos de piano de minha esposa durante o recital anual deles. É extraordinário observar como os pais, apesar da apresentação frequentemente ruim de seus filhos ao piano, sempre irradiam alegria durante a apresentação deles. Eles avaliam o desempenho de seus filhos com alguma regra rígida de justiça? Eles respondem como perfeccionistas arrogantes, prontos a encontrar problemas em cada imperfeição da apresentação de seus filhos? De forma alguma! Eles amam seus filhos, e por amá-los e considerá-los aceitáveis, eles os aplaudem de maneira graciosa e sorriem diante de sua audição não tão perfeita. Da mesma maneira, o Pai celestial, o qual ama e aceita seus filhos por causa de seu Filho, Jesus Cristo, também se alegra em recompensá-los, de maneira graciosa, por suas boas obras – independente se tais obras são dádivas da graça e estão longe de merecer qualquer exaltação recebida da parte dele.

3. UM ENCORAJAMENTO, NÃO UM MOTIVO

Outra questão que quase sempre surge diz respeito à motivação adequada da vida cristã. Mesmo se insistirmos serem as recompensas pela graça, e não por mérito, a perspectiva de tais recompensas devem inevitavelmente influenciar os motivos que desempenham um papel na obediência cristã. A perspectiva da recompensa funciona, de modo legítimo, como um motivo, um impulso tocante, para a obediência? E se fosse esse o caso, um espírito mercenário⁵ ou interesseiro não corromperia a vida cristã? Em vez de servir o Senhor por gratidão pela sua graça em Cristo, movidos por um coração agradecido e não por outro impulso qualquer, a vida cristã se degeneraria em uma busca egoísta por vantagens e ganhos pessoais. Portanto, uma objeção à ideia da diversidade de recompensas é a preocupação com o fato de que isso poluiria o curso do serviço cristão com um espírito de trabalho egoísta. Aqui, outra vez, o ensinamento radical da graça de Deus é ameaçado pela introdução de um espírito orientado pelos resultados e interesseiro, que quase sempre corrompe a vida contemporânea e a cultura na América do Norte.⁶

Sem minimizar de forma alguma a preocupação expressada por essa questão, é interessante observar que o *Catecismo de Heidelberg*, depois de ter declarado que as recompensas de Deus “não são por mérito, mas por graça”, segue adiante e diz que “é

⁵ De modo interessante, o termo “mercenário” vem de uma palavra latina para “recompensa”. O mercenário é uma pessoa que serve em prol da recompensa concedida, e não em prol da lealdade ou verdadeira devoção à causa.

⁶ Blomberg, “Degrees of Reward in the Kingdom of Heaven?”, p. 169, defende, com veemência, ser essa uma razão primária pela qual a ideia das várias recompensas deva ser rejeitada: “As boas novas do evangelho de Jesus Cristo têm de libertar os cristãos de todas as concepções centradas em resultados da vida cristã. Um passo importante nessa direção seria rejeitar essa doutrina mal orientada e desencorajadora de recompensas eternas que faz distinção entre um cristão e outro”. Que essa preocupação da parte de Blomberg tem mérito real (sem intenção de trocadilhos!) está evidente em um livro citado por ele como exemplo: Joe Wall, *Going for the Gold: Reward and Loss at the Judgement of Believers* (Chicago: Moody, 1991).

impossível que aqueles que estão implantados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão” (Domingo 24). Esse *Catecismo* parece não demonstrar ciência de um conflito necessário entre o ensinamento de que Deus recompensa graciosamente as boas obras de seus filhos e a insistência de que tais boas obras são frutos de gratidão. Ao admitir que as boas obras são recompensadas, a confissão reconhece a gratidão como o único motivo apropriado para a obediência cristã.⁷ Não significa, entretanto, que algum ensinamento a respeito das recompensas pelas boas obras na vida cristã deva levar a uma ênfase inapropriada sobre as recompensas como motivo para a obediência cristã. Que isso pode ocorrer, ninguém nega. Que tem de ocorrer ou que é inerente à ideia das várias recompensas, não é o real significado.

Talvez, a distinção entre motivo e encorajamento possa ser útil aqui. Apesar de a perspectiva das recompensas não servir como motivo ou base para a obediência cristã, certamente pode atuar como encorajamento. A perspectiva das recompensas encoraja o cristão a compreender que nenhum trabalho é vão no Senhor. A vida grata do cristão não passa despercebida por Cristo no juízo final. Pelo contrário, o juízo final será a ocasião para se alegrar com o trabalho bem feito e de valor eterno. O serviço sacrificial de um ancião, por exemplo, que trabalha como ovelha entre o rebanho de Deus não porque tenha ou pela ideia de “ganho sórdido”, é, com certeza, encorajado pela lembrança de que quando “o Supremo Pastor se manifestar, [os anciãos] receberão a imarcescível coroa da glória”. De semelhante modo, em muitas provações e dificuldades do serviço agradável em favor do Senhor e seu reino, os cristãos são encorajados adequadamente a saber que o serviço deles será reconhecido de maneira graciosa e abundante por Cristo em sua vinda.

Diante dessas circunstâncias, a perspectiva das recompensas para os justos não constitui o motivo para a obediência cristã, sendo essa sempre a gratidão pela graça de Deus em Cristo. No entanto, tal perspectiva constitui um encorajamento em meio à vida cristã, pois relembra o cristão de que o Pai celestial não está desatento ao seu serviço. Trata-se do mesmo encorajamento experimentado pelos filhos quando eles percebem que a realização deles é algo no qual seus pais se alegram.

4. COMPATÍVEL COM A PERFEITA BEM-AVENTURANÇA?

A perspectiva de ser recompensado na vinda de Cristo pelas boas obras feitas enquanto no corpo não é apenas um encorajamento para o cristão, mas também razão para exultar nas graciosas dádivas de Deus a outros que são coerdeiros da graça do Pai. Uma questão que surge, com frequência, é se isso é compatível com o estado da perfeita bem-aventurança no estado final. Os níveis de recompensas concedidos aos justos não sugeririam uma ideia estranha, talvez, autocontraditória, sobre os níveis de perfeição? E como um cristão poderia desfrutar da plena bem-aventurança, sabendo que no cômputo das falhas nesta vida, ele ou ela está aquém de outros na vida por vir?

Na história da teologia cristã, algumas respostas parciais e úteis têm sido apresentadas para tais perguntas. Mencionaremos duas das sugeridas com mais frequência.

A primeira é que o estado final do reino de Deus será caracterizado por uma diversidade de talentos, ofícios e capacidades para o serviço e contentamento que refletem a diversidade conhecida entre o povo de Deus nesta vida. Embora ninguém vá ficar atrás de outro na experiência da bem-aventurança e contentamento, a capacidade e qualidade delas podem ser bem diferentes entre o povo de Deus. Para usar uma analogia quantitativa, um navio pode ser maior do que outro e, dessa forma, ter maior capacidade. Entretanto, se cada navio, o maior e o menor, for preenchido em sua totalidade, então, é possível dizer que desfrutem da plenitude ou perfeição proporcional à sua capacidade. Talvez seja dessa forma no novo céu e na nova

⁷ Este é o lugar para também notar que o *Catecismo* de Heidelberg, em sua terceira seção maior, trata toda a vida cristã sob a rubrica do reconhecimento e da gratidão.

terra. Uma das suposições dessa visão é que a forma final do reino de Deus não seja um igualitarismo estrito. Ou, para dizer de forma diferente, tal sugestão se opõe à suposição contrária de que a perfeição da bem-aventurança requer uma completa similaridade das dádivas e capacidades.

A outra sugestão é que a diversidade dos talentos, ofícios e capacidades para o serviço no estado final do reino de Deus, longe de ser motivo para arrependimento entre o povo de Deus, será motivo para um maior contentamento. Com base no princípio de que a perfeita santidade exclui toda possibilidade de inveja ou contenda entre o povo de Deus, tal sugestão defende que as maiores recompensas desfrutadas por alguns dentre o povo de Deus somente produzirão mais gratidão entre todos. Posto já ser verdade nesta vida que todas as coisas pertencem a todos os cristãos, e todos os cristãos pertencem a Cristo, e Cristo pertence a Deus (1Co 3.21-23), tal princípio, supõe-se, também permanecerá no reino vindouro. Como, então, poderia haver algum sentimento de perda ou empobrecimento entre o povo que pertence a Cristo quando alguns são diferenciados de outros por dádivas e recompensas? Assim como nesta vida as dádivas de Deus, distribuídas de várias formas entre seus filhos, são motivo de alegria e gratidão, também o serão na vida por vir. O argumento de que essa distribuição variada de dádivas ocasionaria ciúmes ou inveja entre os filhos de Deus, deixa de considerar a perfeição da santidade que marcará o coração e a vida dos filhos de Deus no estado final.⁸

Conclusão

Sem dúvida, algumas dessas questões relacionadas à concessão de uma diversidade de recompensas no juízo final merecem mais atenção. No entanto, a resposta geral à pergunta sobre as boas obras deve estar clara. As boas obras dos justos não passarão despercebidas no dia do juízo. Elas serão reconhecidas e recompensadas. Tal reconhecimento e recompensa, entretanto, são expressões da forma graciosa de Deus de lidar com seus filhos. São recompensas não por mérito, senão por graça. Representam a forma graciosa de Deus de lidar com seus filhos, acrescentando graça à graça. A expectativa de tais recompensas, apesar de certo encorajamento dos filhos fiéis de Deus, não é a base ou motivo para a vida cristã; o grande motivo para toda obediência cristã é a gratidão pela graça de Deus em Cristo. Além do mais, a perspectiva dessas recompensas – em vez de sugerir uma desigualdade que diminuiria a perfeita bem-aventurança da vida por vir para todos os justos – sugere outro motivo de regozijo na bondade de Deus. Se todas as coisas em Cristo pertencem a todos os cristãos, independente do ganho que alguém possa experimentar na vida por vir será tão somente ganho para todos os demais.

A Promessa do Futuro, de Cornelis P. Venema, Editora Cultura Cristã (em preparo)

⁸ Jonathan Edwards, *Works* (1834, reimpr. Edimburgo: Banner of Truth, 1974), v. 2, p. 618, utiliza ambas as sugestões considerando essa questão: “Ora, quanto mais santo o homem é, mais ele ama o mesmo nível da imagem; assim, o mais santo no céu amará a imagem de Deus que eles veem no menos santo mais do que o fazem aqueles que são menos santos; e o que não deixa dúvidas de que essa felicidade suprema não lhes será indiferente é o fato de que tal alegria suprema consiste na grande humildade deles e no maior amor por eles, por Deus e por Cristo, a quem os santos consideram como eles mesmos. Pode-se dizer tais coisas a esse respeito, além do que se pode dizer a respeito de cada um ser completamente satisfeito e cheio de felicidade, possuindo tanto quanto ele consiga de alegria e desejo; e também o que se pode dizer a respeito de toda resignação; porquanto a vontade de Deus se torna a deles mesmos, a ponto de o cumprimento de sua vontade, seja como for, preenchê-los com satisfação incompreensível.”